



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas

Departamento de Administração

Curso de Especialização (*Lato Sensu*) em Gestão Pública Municipal

DEUSELINA FRANCISCO MAIA DE SOUSA

**GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA: PROGRAMA
DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA (PDDE)**

Cavalcante GO, 2019

DEUSELINA FRANCISCO MAIA DE SOUSA

**GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA: PROGRAMA
DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA (PDDE)**

Monografia apresentada ao Departamento de Administração como requisito parcial à obtenção do certificado de especialista (*lato sensu*) em Gestão Pública Municipal.

Professor (a) Orientador(a): MSc Sonirza
Corrêa Marques

Cavalcante GO

2019

DEUSELINA FRANCISCO MAIA DE SOUSA

**GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA: PROGRAMA
DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA (PDDE)**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de especialização em Gestão Pública Municipal da Universidade de Brasília do (a) aluno (a)

Deusulina Francisco Maia de Sousa

MSc Sonirza Corrêa Marques

Professor-Orientador

Titulação, Nome completo,
Professor-Examinador

Titulação, nome completo
Professor-Examinador

Brasília, de de

(colocar a data da entrega ou defesa)

Dedico este trabalho a minha filha Estela Aguiar de Sousa e minha mãe Clara Ernesto Ternermals (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus que me deu força, coragem dadas nos momentos difíceis que pensei em desistir.

A minha filha Estela pela força dada

Aos meus colegas de curso, que nos momentos mais difíceis me amparam

Ao Professor Tutor Jefferson

E a minha orientadora MSc Sonirza Correa Marques

“A gestão democrática supõe a redefinição do papel do educador. O professor deixa de lado a função de depositador de conteúdo e se torna um design da informação, tutorando o conhecimento. Como o processo de ensino é intencional, o aluno se torna protagonista da aprendizagem”.

Fernando Coelho

RESUMO

Esta monografia trabalhou com o tema “Gestão democrática e participativa: Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e objetivou compreender como realizar a gestão participativa na gestão do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) através da Associação de Pais e Mestres na Escola Municipal Joselina Francisco Mais no Cavalcante GO. Foi utilizado os pressupostos da pesquisa qualitativa, através das pesquisas bibliográfica, documental e da pesquisa de campo. Os teóricos que embasam esta pesquisa foram Oliveira (et Al, 2009) ; Vieira (2007); Mafassioli (2015) e Galina (2008). O resultado da pesquisa de campo mostrou que os docentes, profissionais e representantes de pais entrevistados não consideram a gestão escolar da escola Joselina como sendo democrática, pois não existe a efetiva participação nas tomadas de decisão. Sendo assim que realizar a gestão participativa na gestão do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) através da Associação de Pais e Mestres na Escola Joselina Francisco Maia em Cavalcante GO, é precisa dar voz as pessoas envolvidas na escola, compor os conselhos com representantes de pais, dos professores e dos profissionais, realizar reuniões periódicas. Informar a comunidade escolar, os passos da gestão. A maneira que hoje é feita gestão do recurso do PDDE está equivocada, conforme indicado nas repostas dos 10 (dez) participantes de também dos teóricos estudados.

Palavras-chave: Gestão Democrática. Participativa. Programa Dinheiro Direto na Escola.

SUMÁRIO

<u>1</u>	<u>INTRODUÇÃO</u>	9
<u>1.1</u>	<u>Contextualização</u>	9
<u>1.2</u>	<u>Formulação do problema</u>	9
<u>1.3</u>	<u>Objetivo Geral</u>	9
<u>1.4</u>	<u>Objetivos Específicos</u>	9
<u>1.5</u>	<u>Justificativa</u>	10
<u>2</u>	<u>REVISÃO TEÓRICA</u>	11
<u>2.1</u>	<u>Histórico Da Gestão Democrática E Participativa No Brasil</u>	11
<u>2.1.1</u>	<u>2.1 Histórico do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)</u>	11
<u>2.2</u>	<u>2.2 Organização da Associação de Pais e Mestres para uma gestão democrática e participativa</u>	13
<u>3</u>	<u>MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA</u>	15
<u>3.1</u>	<u>Tipologia e descrição geral dos métodos de pesquisa</u>	15
<u>3.2</u>	<u>Caracterização da organização, setor ou área, indivíduos objeto do estudo</u>	16
<u>3.3</u>	<u>População e amostra ou Participantes da pesquisa</u>	17
<u>3.4</u>	<u>Caracterização e descrição dos instrumentos de pesquisa</u>	17
<u>3.5</u>	<u>Procedimentos de coleta e de análise de dados</u>	17
<u>4</u>	<u>RESULTADO E DISCUSSÃO</u>	18
<u>5</u>	<u>CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÃO</u>	20
	<u>REFERÊNCIA</u>	20
	<u>APÊNDICES</u>	21
	<u>Apêndice A – Entrevista</u> <u>semiestruturada</u>	222

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho parte da temática gestão democrática e participativa no Programa Dinheiro Direto na Escola. E objetiva fazer um breve estudo que leve a uma maior compreensão da gestão democrática e participativa na escola, de maneira que ocorra a execução adequada do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

A gestão democrática ocorre quando existe a participação coletiva na tomada de decisão. Segundo (Oliveira. et Al, 2009) esse tipo de gestão surgiu em decorrência da “mudança contínua e continuada, mudança que está baseada nos paradigmas emergentes da nova sociedade do conhecimento, os quais, por sua vez, fundamentam a concepção de qualidade na educação e definem, também, a finalidade da escola” (p.3).

O recurso do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) deve ser gerido pelas Unidades Executoras através da gestão democrática e participante, dos pais, professores e funcionários. Porém não é uma tarefa fácil conseguir essa participação, apesar de ser ofertado o direito de participação da comunidade escolar ter direito a participar, muitos não possuem interesse, outros têm medo de ter problemas jurídicos, pois usa o CPF.

Este trabalho monográfico possui como problematização a pergunta: Por que seria importante o processo de gestão democrática na Associação de Pais e Mestres na Zona Rural de Cavalcante GO?

Possui como objetivo geral compreender como realizar a gestão participativa na gestão do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) através da Associação de Pais e Mestres na Escola Municipal Joselina Francisco Mais no município de Cavalcante GO.

Os objetivos específicos são: Contextualizar o histórico da Gestão democrática e participativa no Brasil; Compreender o histórico do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE); Entender como deve estar organizada a Associação de Pais e Mestres de maneira que favoreça a participação da comunidade escolar que a lei exige.; Entender por que as pessoas da Zona Rural de Cavalcante GO, não gostam de participar da Associação de Pais e Mestres e Conhecer a escola/comunidade Engenho II.

Este trabalho monográfico se justifica porque o gestor das Unidades Executoras do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) precisa possuir um conhecimento mais amplo, conforme indicado pelo curso de Gestão Pública Municipal, pois é uma Política Pública que deve ser gerida com muita responsabilidade, para isso é preciso primeiro conhecimento teórico

aprofundado. Sendo assim nesse trabalho será feito um estudo sobre o histórico do PDDE, e de como sua gestão deve ser feita pelos gestores escolares.

A proposta do presente trabalho se justifica pelo envolvimento enquanto gestora da Associação de Pais e Mestres e enfrentar grandes desafios na gestão dessa política pública e também como uma das líderes dessa comunidade e entender que é importante compreender melhor como deve ser a participação dos sujeitos da comunidade na gestão

A metodologia de pesquisa utilizada foi a pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa de campo com aplicação de entrevista semiestrutura, contendo 5 (cinco) perguntas. Participaram a pesquisa 10 (dez) participante, sendo 6 (seis) professores, 2 (duas) merendeiras e 2 (dois) representantes de pais.

Alguns dos autores que embasam a pesquisa são: Oliveira (et Al, 2009) e Vieira (2007) por debaterem a gestão democrática e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394 de 1996. Mafassioli (2015) por discorrer sobre o Programa Dinheiro na Escola e Galina (2008) por abordar Associação de Pais e Mestres como sendo uma instância colegiada, que caracteriza a gestão democrática e deve ser participativa.

2. HISTÓRICO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA NO BRASIL

Segundo Oliveira (et Al, 2009) a gestão democrática possui amparo legal na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394 de 1996 que “define que os sistemas de ensino devem estabelecer normas para o desenvolvimento da gestão democrática nas escolas públicas de educação básica” (p.3), devendo zelar pela “participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola”, além da “participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes” (p.3).

Segundo Vieira (2007, p. 64) dentro da Gestão Educacional, tem-se a Gestão Democrática, ela está exposta na LDB nº 9394 de 1996 no artigo 14 “os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades”. E que o principal elemento desse tipo de gestão é a participação da comunidade escolar em todo processo educativo.

Outros estudiosos que também debatem a Gestão Educacional são Oliveira (2009, et. al), segundo eles as escolas precisam ter as instâncias de participação da comunidade, para que haja a gestão democrática. Ou seja, é preciso que tenha a participação efetiva “dos pais, professores, estudantes e funcionários na organização, na construção e na avaliação dos projetos pedagógicos, na administração dos recursos da escola, enfim, nos processos decisórios da escola”. Mas para a concretização o gestor precisa “em parceria com o conselho escolar, crie um ambiente propício que estimule trabalhos conjuntos” (p.5), também envolvendo os “setores, coordenando os esforços de funcionários, professores, pessoal técnico- pedagógico, alunos e pais envolvidos no processo educacional” (p.5).

2.1 Histórico do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)

Brasil (1995) *apud* Mafassioli (2015, p.2) diz que PDDE surgiu em 1995 como uma “política pública de descentralização de recursos da educação e como uma das políticas de financiamento da União à educação básica, propiciou às escolas o recebimento, a gestão e a fiscalização de recursos públicos.(p.2)

Brasil (1997) *apud* Mafassioli (2015, p.4) mostra que em 1997 iniciou a obrigatoriedade de repasse diretamente para as UEx, de “dinheiro para custeio e manutenção de suas atividades” (p.4)

Peroni (2006; 2007) *apud* Mafassioli (2015, p.5) diz que “o PDDE, em sua origem, é a materialização, na política educacional brasileira, de redefinições do papel do Estado, mais especificamente as redefinições ocorridas nas propostas de financiamento e gestão escolar” (p.5).

“A Resolução FNDE/CD nº 17, de 9 de maio de 2005, estabeleceu, em seu artigo 4º, que as escolas públicas receberão os recursos financeiros do PDDE em parcela única anual” (MAFASSIOLI, 2015, p.2) p.6).

O Programa Dinheiro Direto na Escola é um programa que foi criado pelo Ministérios da Educação para ajudar financeiramente as escolas. Segundo o site do Ministério da Educação:

PDDE – O programa foi criado em 1995 e presta assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas e às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos. O objetivo é melhorar a infraestrutura física e pedagógica, reforçar a autogestão e elevar os índices de desempenho da educação básica. (Web).

Essa ajuda financeira vem direto para as contas da Unidade Executora, que pode ser as prefeituras, as Associações de Pais e Mestres ou Caixa Escolar. Segundo esse site, os recursos são classificados em custeio de capital, sendo que as despesas de custeio entra “a compra de material de consumo; manutenção, conservação e reparos na unidade escolar; e com o valor do capital pode fazer “ (web) pequenos investimentos em bens permanentes, como a aquisição de aparelhos de som” (web) . Além desses recursos o PDDE também envia recursos que “promove a acessibilidade nas escolas públicas, financia a educação integral e o funcionamento das escolas nos fins de semana” (web).

2.2 Organização da Associação de Pais e Mestres para uma gestão democrática e participativa

De acordo com Galina (2008) a Associação de Pais e Mestres, é uma instância colegiada, e ajuda no “aprimoramento do processo educativo e para o exercício da democracia no interior das escolas”. (p.12). Quando uma escola possui essa instância e demais como o conselho escolar, o conselho de classe, grêmio escolar, e esses são participativos nas tomadas de decisão, significa que está ocorrendo a efetivação da gestão democrática. Segundo essa autora:

A APMF, pessoa jurídica de direito privado, é um órgão de representação dos Pais, Mestres e Funcionários do Estabelecimento de Ensino, que não tem caráter político-partidário, religioso, racial, nem fins lucrativos. Seus dirigentes e conselheiros não são remunerados, são constituídos por prazo indeterminado e devem obedecer ao objetivo de promover a integração escola-comunidade (Estatuto da APMF, 2003, *apud* Galina 2008, p.12)

Como é colocado APMF embora seja uma pessoa jurídica, ou seja, possui CNPJ, seus associados não recebem por exercer a função. Essa autora destaca que essa instância colegiada foi regulamentada no ano de 1978, “em substituição à antiga Caixa Escolar, criada em 1956, com o intuito de arrecadar fundos para a assistência escolar” (p.14).

A mesma autora informa que atuação da APMF é ampla, e vai desde o gerenciamento financeiro da escola até acompanhamento do “desenvolvimento da Proposta Pedagógica, sugerindo as alterações que julgar necessárias ao Conselho Escolar” (p.14). A APMF também atua na estimulação da criação e “desenvolvimento de atividades para pais, alunos professores, funcionários, assim como para a comunidade, após análise do Conselho escolar” (p.14). Interessante nesse ponto, é que uma instância possui conexão com outra, a APMF sugeri, o Conselho Escolar aprova. Associação de PMF também mobiliza a comunidade escolar para que se organizem “enquanto órgão representativo comunidade expresse suas expectativas e necessidades. (Estatuto da APMF, 2003 *apud* Galina, 2008, p.14).

Como vimos a Associação de Pais, Mestres e Funcionários é uma entidade importante na gestão escolar democrática, pois ela ajuda o diretor na tomada de decisão, verificando os pontos de atenção que precisam ser desenvolvidos.

3. METODOS E TECNICAS DE PESQUISA

3.1 Tipologia e descrição geral dos métodos de pesquisa

Neste trabalho foi usado os pressupostos da pesquisa qualitativa, pesquisa exploratória através da pesquisa bibliográfica e documental. Segundo Gil (2002, p.50) a pesquisa exploratória objetiva “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses”, ela envolve:(a) levantamento bibliográfico;(b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado”. A pesquisa bibliográfica é conceituada como sendo:

Feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta. (OLIVEIRA, 2013, p. 10)

De acordo com Gil (2002, p.51) a pesquisa documental possui semelhança com a bibliográfica, e o que as diferenciam são as naturezas das fontes. “A pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto”, enquanto “a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”. Esses documentos podem ser “documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações etc” e ainda aqueles analisados “tais como relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas etc”.

Também foi feita pesquisa de campo, isso porque ela aproxima o pesquisador do objeto de pesquisa. Segundo Gonsalves (2001) *apud* Piana (2009, p.169) essa pesquisa “pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto”. Ou seja, o pesquisador precisa se inserir no ambiente pesquisado. Por isso, para atingir o quarto objetivo desse projeto, será feito através da pesquisa de campo.

3.2 Caracterização da organização, setor ou área *locus* do estudo

A pesquisa foi realizada no setor educacional, na localidade Escola Municipal Joselina Francisco Maia, possui 6 (seis) professores, sendo 2 (duas) efetivas e 4 (quatro) contratos. Possuem 2 (duas) merendeiras efetivas e 1 (uma) serviços gerais contratada. A escola possui 92 alunos. Nesta escola ministrado a Educação Infantil (4 e 5 anos) e o Ensino Fundamental primeira fase (1º ao 5º ano). Não existe conselho de classe formado na escola, pois a administração é feita pela a secretaria de educação situada na sede do município.

A Escola Municipal Joselina Francisco Maia foi inaugurada no dia 14 de agosto de 1995, sob a Lei de criação: 729/95 e possui como entidades mantenedora Prefeitura Municipal de Cavalcante GO. Está situada no Povoado do Engenho II localiza-se no município de Cavalcante a 27 km da cidade no Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga, entre os rios Capivara e Camundongo. É neste povoado que se encontra nossa escola. Teve início na casa da professora Joselina Francisco Maia, que ficava na margem oposta do Rio Capivara. Após a morte da professora, o Sr. Joaquim Ernesto, cedeu o espaço do outro lado do rio Camundongo para construir a escola. Então o prefeito, na época Felipe Ferreira da Silva, construiu um prédio com: uma sala de aula, uma cantina e um banheiro para professora Milza Francisco Maia ministrar as aulas. Com o passar do tempo, a demanda aumentou e a professora Doroteia dos Santos Rosa, filha do Sr. Joaquim Ernesto passou a fazer parte do quadro funcional da escola. No mandato do Prefeito Eduardo Coimbra Passos (2001/2004) construiu-se um novo prédio dentro da comunidade, com uma estrutura maior e melhor organizada para abrigar a escola. Em 2008 a equipe do exterior Bobby Moory construiu mais um prédio, que também foi doado à escola.

Esta escola atende a população Kalunga é uma comunidade de negros, originalmente formada por descendentes dos primeiros quilombolas, ou seja, de escravos que fugiram do cativeiro e organizaram quilombos, passando a viver em relativo isolamento, construindo para si uma identidade e uma cultura próprias, com os elementos africanos de sua origem adicionados aos europeus dos colonizadores, marcados pela forte presença do catolicismo tradicional do meio rural.

3.4 Participantes da pesquisa

Participaram da pesquisa 10 pessoas, sendo as 6 (seis) professoras, 2 (duas) merendeiras e 2 (dois) representantes de pais. A escolha dessas pessoas se deu pela disponibilidade das mesmas, outros pais foram convidados a participarem da pesquisa, no entanto disseram estar sem tempo, outros que não possuem interesse no assunto.

No entanto as pessoas que participaram se encaixam no perfil das pessoas que devem ser pesquisadas, pois são docentes, profissionais da escola e representantes de pais.

3.5 Caracterização e descrição dos instrumentos de pesquisa

Neste trabalho foi usado a entrevista semiestruturada. Segundo Triviños (1987), esse tipo de entrevista possui como característica os questionamentos básicos, esses por sua vez se apoiam em teorias e em hipóteses levantadas a partir do tema da pesquisa, neste caso “a gestão democrática e participativa na Associação de Pais e Mestres”. Para esse autor assim que o entrevistado dá sua resposta à pergunta, o pesquisador pode fazer outro questionamento hipotético, por isso a entrevista semiestruturada “favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (TRIVIÑOS, 1987, p. 152). O apêndice 1 traz a entrevista semiestruturada que foi aplicada.

3.6 Procedimentos de coleta e de análise de dados

A coleta de dados foi realizada através da pesquisa de campo, em posse das informações conhecidas na entrevistas semiestruturada categorizou-se os dados a partir dos seguintes objetivos específicos: Entender como deve estar organizada a Associação de Pais e Mestres de maneira que favoreça a participação da comunidade escolar que a lei exige.; Entender por que as pessoas da Zona Rural de Cavalcante GO, não gostam de participar da Associação de Pais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir são apresentados os resultados da pesquisa de campo, de acordo com cada objetivo de pesquisa.

Categoria 1 – Conhecimento do programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) dos participantes

Dos 10 (dez) entrevistados 7 (sete) conhece o Programa Dinheiro Direto na Escola, sendo os 5 professores e as duas merendeiras efetivas, os pais disseram não conhecer. As 7 (sete) o definiram como sendo um recurso do governo federal que vem direto para as escolas, porém a escola Joselina não sabe como é gerido esse recurso.

Discussão: Pela resposta dos representantes dos pais verifica-se uma incoerência em relação ao que definido por Oliveira (et Al, 2009) e Vieira (2007), isso porque os pais também deveriam possuir conhecimento do PDDE, pois é um recurso que ajuda manter a escola, ou seja, a escola não está sendo democrática e participativa. Já a resposta dos docentes e dos funcionários vão ao encontro da definição de PDDE dada por Mafassioli (2015).

Categoria 2- Definição de gestão democrática e participativa pelos participantes

Dos 10 (dez) participantes, 6 (seis) souberam responder o que é gestão democrática, sendo 4 professoras e as duas merendeiras. Segundo elas a gestão democrática e participativa é aquele onde as pessoas possuem voz, participam de tudo. Uma das participantes ressaltou que em relação ao PDDE da Escola Joselina não existe a participação, pois tudo é feito pela secretaria municipal de educação.

Discussão: As respostas das 4 (quatro) professoras e as 2 (duas) merendeiras, vão ao encontro do que colocado por Oliveira (et Al, 2009) e Vieira (2007), no que diz respeito a definição de gestão democrática e participativa.

Categoria 3- Definição de Associação de Pais e Mestres pelos participantes

Dos 10 participantes quatro souberam responder, sendo as duas professoras efetivas e as duas

merendeiras efetivas. Para elas desde 2012 quando ocorrem as reuniões de início de ano, o pessoal da secretaria fala disso e ainda os colocam como participante dessa associação, que na teoria é a responsável por gerir o PDDE.

Discussão: As respostas dos 4 participantes sendo duas docentes e duas merendeiras efetivas demonstram conhecimento do que APM, porém os demais não sabem, com isso suspeita-se que a gestão escolar não é democrática, pois os docentes embora contratados e os representantes de pais desconhecem o que é essa instância que ajuda na gestão dos recursos do PDDE. (MAFASSIOLI, 2015)

Categoria 4- Participação dos docentes, funcionários e pais na Associação de Pais e Mestres

Dos 10 (dez) participantes 4 (duas professoras efetivas e as duas merendeiras efetivas) disseram que seus nomes estão como associadas, porém não participam de reuniões, nem da escolha do que vai comprar com o recurso. As duas professoras ressaltaram ainda que não lhes foi dada a opção de aceitar ou não, pois como são poucas, então colocam elas sempre, e que possuem o maior medo, pois o CPF delas constam nos documentos que vão para fórum, mas não sabem exatamente o que estão fazendo.

Os dois representantes de pais, disseram que ainda não foram convidados para participar da associação, que recebem convites para vir a escola, quando tem alguma comemoração, entrega de notas ou reclamação dos filhos.

Discussão: Dos entrevistados apenas 4 (quatro) disseram participar, porém de maneira teórica, ou seja, apenas no papel oficial, na prática não participam das tomadas de decisão e ainda demonstram receio em ter seus nomes envolvidos, pois utilizam os CPF. Com essas respostas suspeita que não esteja havendo a gestão adequada do recurso, o que vai em desacordo com os autores Oliveira (et Al, 2009) ; Vieira (2007) e (Mafassioli, 2015), que foram debatidos nesse trabalho.

CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Este trabalho foi muito importante para se ter uma visão mais específica da gestão democrática e participativa na gestão do Programa Dinheiro na Escola (PDDE). Sua realização não foi fácil, pois a pesquisadora sofreu um acidente de carro e teve serias conseqüências, o que dificultou a realização de mais estudos, pois como teve coágulos na cabeça e também quebrou a clavícula, impossibilitam a realização de um trabalho mais amplo. Assim os objetivos foram atingidos superficialmente, deu no entanto para contextualizar brevemente o histórico da Gestão democrática e participativa no Brasil; o histórico do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), pesquisar sobre como deve estar organizado a Associação de Pais e Mestres de maneira que favoreça a participação.

O resultado da pesquisa de campo mostrou que os docentes, profissionais e representantes de pais entrevistados não consideram a gestão escolar como sendo democrática, pois não existe a efetiva participação nas tomadas de decisão.

Através desta pesquisa de campo suspeita-se que as pessoas não participam da Associação de Pais e Mestres, não é porque não querem participar, mas sim porque não lhes são dadas a oportunidade para isso. O receio da utilização do CPF pelas professoras efetivas e pelas merendeiras efetivas, se devem ao fato de não saberem o que é feito com seus dados pessoais.

Sendo assim que realizar a gestão participativa na gestão do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) através da Associação de Pais e Mestres na Escola Joselina Francisco Maia em Cavalcante GO, é precisa dar voz as pessoas envolvidas na escola, compor os conselhos com representantes de pais, dos professores e dos profissionais, realizar reuniões periódicas. Informar a comunidade escolar, os passos da gestão. A maneira que hoje é feita gestão do recurso do PDDE está equivocada, conforme indicado nas repostas dos 10 (dez) participantes de também dos teóricos estudados.

A temática deste trabalho monográfico é importante, pois a gestão democrática e participante precisa ser uma realidade nas escolas rurais, mesmo com todas as dificuldades, é necessário que a comunidade escolar participe ativamente das tomadas de decisões. Por isso compreender os programas educacionais e também como geri-los é bastante pertinente.

REFERÊNCIAS

GALINA, Irene de Fátima. Instâncias colegiadas: espaços de participação na gestão democrática da escola pública. 2008. Disponível em <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1090-4.pdf>> Acesso em 14/10/2018

Brasil. Ministério da Educação. PDDE. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32060>> Acesso em 15/11/2018.

OLIVEIRA, João Ferreira de (Et. Al.) Gestão escolar democrática: definições, princípios e mecanismos de implementação. 2009. Disponível em <http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4sala_politica_gestao_escolar/pdf/texto2_1.pdf> acesso em 10/10/2018.

MAFASSIOLI Andréia da Silva Mafassioli. 20 anos do Programa Dinheiro Direto na Escola: um olhar crítico sobre as interferências na gestão escolar e financeira pública. Fineduca – Revista de Financiamento da Educação, Porto Alegre, v. 5, n. 12, 2015.

GIL, Antônio Carlos **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antônio Carlos Gil.- 6. ed. – São Paulo : Atlas, 2008. ISBN 978-85-224-5142-5. Disponível em <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf> Acesso em 27/10/2018.

OLIVEIRA, Elaine Ferreira De. **Aspectos metodológicos para produção científica**. UEG. 2013.

PIANA, MC. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>. Acesso em 28 de maio de 2018.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

Apêndice A – Roteiro de Entrevista



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas

Departamento de Administração

Curso de Especialização (*Lato Sensu*) em Gestão Pública Municipal

Professora Orientadora: Dr^a Sonirza Correa Marques

Aluna: Deuselina Francisco Maia de Sousa

Prezado participante, esta pesquisa de campo se insere no âmbito do Componente Curricular da disciplina Monografia do curso de Especialização em Gestão Pública Municipal, ofertado pela Universidade Aberta do Brasil (UAB/UnB) e tem como objetivo compreender como realizar a gestão participativa na gestão do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) através da Associação de Pais e Mestres na Zona Rural de Cavalcante GO..

Desde já agradeço a sua colaboração.

Entrevista Semiestrutura

- 1- Você conhece o programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)? Explique:
- 2- O que é gestão democrática e participativa para você?
- 3- Como você defini Associação de Pais e Mestres?
- 4- Já foi convocado (a) para participar alguma vez da Associação de Pais e Mestres?
- 5- Caso afirmativo a questão 2, aceitou? Por quê?

1. IDENTIFICAÇÃO:

Autor: Deuselina Francisco Maia de Sousa		
RG: 612.157 SSP/DF	CPF: 247.662.911-15	E-mail: deusakalunga@yahoo.com.br
Telefone (62) 3494-1031	Celular (62) 996653180	Data de apresentação: 03/06/2019
Titulo: Gestão Democrática e Participativa: Programa Dinheiro Direto Na Escola (PDDE)		
Palavras-chave: Gestão Democrática. Participativa. Programa Dinheiro Direto na Escola.		
Curso: Especialização em Gestão Pública Municipal		Departamento: Departamento de Administração
Tipo: <input type="checkbox"/> Graduação - Licenciatura <input type="checkbox"/> Graduação - Bacharelado <input type="checkbox"/> Graduação - Dupla Habilitação <input checked="" type="checkbox"/> Especialização		Orientador: MSc Sonirza Corrêa Marques

2. INFORMAÇÃO DE ACESSO AO DOCUMENTO:

Liberação para publicação: <input checked="" type="checkbox"/> Total <input type="checkbox"/> Parcial ^{1,2,3,4}
Em caso de publicação parcial, especifique os capítulos a serem retidos:
Observações: ¹ É imprescindível o envio do arquivo em formato digital da <u>monografia completa</u> , mesmo em se tratando de publicação parcial. ² A solicitação de publicação parcial deve ser feita mediante <u>justificativa</u> lícita e assinada pelo orientador do trabalho , que deve ser entregue juntamente com o termo de autorização. ³ A restrição poderá ser mantida por até um ano a partir da data de autorização da publicação. Para a extensão desse prazo deve ser solicitada novamente junto à UnB-BCE. ⁴ O resumo e os metadados ficarão sempre disponibilizados.

3. LICENÇA:

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA
O referido autor: a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade. b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à Universidade de Brasília os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue. Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade de Brasília, declara que cumpriram quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.
LICENÇA DE DIREITO AUTORAL
Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação, autorizo a Biblioteca Digital de Monografias (BDM) da Universidade de Brasília a disponibilizar meu trabalho de conclusão de curso por meio do site bdm.unb.br, com as seguintes condições: disponível sob Licença Creative Commons 4.0 International, que permite copiar, distribuir e transmitir o trabalho, desde que seja citado o autor e licenciante. Não permite o uso para fins comerciais nem a adaptação desta. A obra continua protegida por Direito Autoral e/ou por outras leis aplicáveis. Qualquer uso da obra que não o autorizado sob esta licença ou pela legislação autoral é proibido. Caso o autor opte por outra forma de licença, pedimos que entre em contato com o Setor de Gerenciamento da Informação Digital (GID) da Biblioteca Central da UnB, no telefone 3107-2687.

Cavalcante, GO, 03/06/2019

Deuselina Francisco Maia de Sousa.
Assinatura do Autor